

Obras de
DOMINGOS MONTEIRO

ENSAIOS

BASES DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS
LIVROS PROIBIDOS E OUTROS ENSAIOS



IMPrensa NACIONAL - CASA DA MOEDA

O IDEALISMO DEMOCRATISTA DE DOMINGOS MONTEIRO

O Dr. António Braz Teixeira tem sublinhado o facto, pouco atendido — por razões que ele não indica, mas são por de mais evidentes —, da abundante e rica reflexão que, na fase antecedente à entrada em vigor da Constituição Política da República Portuguesa de 1933, o tema da democracia conheceu entre nós. Se é talvez ilusório esperar que o tempo esfrie de todo as paixões — até porque a evolução espiritual delas se alimenta, na justa medida em que as sublima —, vai sendo tempo de reparar o descaso e recuperar um contributo que permanece à espera de ser valorizado. Que para outra finalidade não há-de servir a releitura dos textos esquecidos se não o de, por tal via, retomar um impulso adormecido e integrá-lo no movimento actual.

Ao propor nova leitura dos textos políticos de um homem que se notabilizou na literatura de ficção, gostaria de ajudar a reparar tanto aquela desatenção como a relativa depreciação de que a obra de Domingos Monteiro sofre na vida mental portuguesa. Não obstante o bom mercado dos seus livros, que a reedição em curso pela Imprensa Nacional e as várias traduções confirmam, o certo é que os críticos literários lhe não têm reconhecido o mérito superior. Mais um exemplo de como os preconceitos intelectuais favorecem a desintegração cultural da sociedade portuguesa.

Idêntica incompreensão terá ele sofrido no domínio político, se bem interpretamos as páginas que redigiu, em 1974, para a reedição dos que intitulou de Livros Proibidos. Ao lamentar

que, «extinta a Censura e proclamada a liberdade de pensamento pelo Movimento das Forças Armadas, a verdade é que a expressão do pensamento continua a ser dificultada antidemocraticamente pela censura interna de certos jornais, que só admitem a colaboração dos que pensam como eles» (p. 171), dir-se-ia constatar persistirem os efeitos da crise de idealismo denunciada em 1933 ao encetar a sua intervenção política activa. Aliás, todo o seu percurso espiritual aparece marcado por certa amargura que o leva a declarar: «Ninguém melhor do que eu, que pertença a uma geração sacrificada, a uma geração que tem de esmagar dentro do seu próprio peito, sem o poder expandir e gritar livremente, o seu sonho criador, conhece a tortura moral, quase penitenciária, desse silêncio injusto!» (A Crise de Idealismo na Arte e na Vida Social, p. 100.)

Álvaro Ribeiro, que pertenceu a essa geração e compartilhou o opressivo ambiente geral e alguns particulares aspectos dele, haveria de sublinhar o carácter evasivo da criação artística do seu amigo e companheiro. O que nos sugere a distinção, no percurso existencial de Domingos Monteiro, das fases sucessivas onde alterna a atitude mais reflexiva, espelhada na actividade do escritor — ora lírico, ficcionista ou ensaísta —, com a do empenhamento activo de intenção político-social. Sendo certo que o género literário onde manifestou melhor e mais fecunda aptidão, o conto, só a partir dos quarenta anos se afirmou, com *Enfermaria, Prisão e Casa Mortuária*, em 1943, o ano também de *O Problema da Filosofia Portuguesa*.

Ainda adolescente, publicara os dois primeiros volumes de poesia, *Orações do Crepúsculo* (Lisboa, 1920) e *Nau Errante* (Lisboa, 1921), sob o patrocínio simpático de Teixeira de Pascoaes. Só dez anos depois, feito o curso universitário com assinalável êxito, redigirá as *Bases da Organização Política dos Regimes Democráticos* (Lisboa, 1931), texto apresentado como a primeira parte — «A organização da vontade popular e a criação da vontade legislativa» — de um trabalho mais vasto que o frustrado doutoramento deixou interrompido. Seguiu-se-lhe, dois anos depois, a conferência sobre *A Crise de Idealismo na Arte e na Vida Social*, bem como diversas intervenções na imprensa a que, na impossibilidade de levar avante o projec-

to da Renovação Democrática e perante o endurecimento do regime político, não pôde dar continuidade.

Como ele próprio alegará, o combate pela democracia fez-se a partir daí e até aos fins dos anos trinta sobretudo pela defesa, como advogado, dos acusados por razões políticas. Não obstante a motivação ética que o moveu, torna-se evidente que essa actividade mal poderia corresponder ao impulso criador e interventivo que lhe era intranho. Compreende-se por isso que, a partir dos anos quarenta, enveredasse pela carreira de escritor, na qual, apesar do predomínio da ficção, as preocupações sociais estão patentes nos estudos sobre a Paisagem Social Portuguesa (Porto, 1944) e O Homem Contemporâneo (Lisboa, 1957), sem esquecer o ensaio de história universal intitulado O Livro de Todos os Tempos (Lisboa, 1951; 2.^a ed., 1952).

Até que, em 1974, esperançado na possibilidade de retomar com maior eficácia o combate político, num clima de liberdade democrática, ao mesmo tempo que reedita os livros proibidos quarenta anos antes, se empenha numa renovada participação cívica através do jornal Pátria, dirigido de parceria com Ventura Reis, o autor de A Romaria, premiada, a par da Mensagem de Fernando Pessoa, em 1934. As circunstâncias, porém, tanto subjectivas como objectivas, não eram de molde a favorecer essa nova manifestação de idealismo do homem sério e generoso para quem o povo não era uma palavra vã, pelo que a publicação do periódico em breve foi suspensa.



Quem lê hoje o texto das Bases da Organização Política dos Regimes Democráticos, apresentado como «Dissertação para o exame de doutoramento em Ciências Político-Económicas», por certo apreciará a clareza e fluidez da exposição que, sem se perder em exhibições eruditas, enuncia e propõe solução para o problema em análise: «A organização da vontade popular e a criação da vontade legislativa». A sequência dos capítulos, em ordem didáctica, mostra como, aceite a necessidade histórica

da democracia e refutadas as objecções quanto à viabilidade da organização política correspondente, se deduz logicamente a melhor solução prática a seguir. Com efeito, Domingos Monteiro leva o estudo até à demonstração de que o método de representação proporcional, combinando os círculos uninominais e um círculo nacional, constituiria a solução mais adequada ao apuramento da vontade popular, atentas as características do País.

As mais recentes discussões acerca da reforma do sistema eleitoral, a pretexto de aperfeiçoar a representação política dos cidadãos e aproximar os eleitos dos eleitores, poderiam atender às reflexões que, há mais de setenta anos, um jovem licenciado em Direito expendeu. Não sem deixar de atentar nos argumentos que, a seu ver, desaconselham o exclusivo partidário das candidaturas ao poder legislativo, por acarretarem o tendencial anonimato dos candidatos, subsumidos nas siglas partidárias. Em todo o caso, o que ressalta da sua leitura é o facto de, preocupado em mostrar a viabilidade e a eficiência do método democrático, Domingos Monteiro não ter chegado a ponderar como conviria as razões da opção democratista, que é como quem diz, o fundamento da democracia.

Em vez disso, a parte inicial do trabalho envereda por uma síntese histórica da evolução política da Humanidade, desde as formas de organização assentes na força e no direito divino até à actualidade, em que se não admitiria a existência de uma vontade comum, cuja representação alguém pudesse assumir, mas tão-só se procuraria o acordo das vontades individuais na condução da vida em sociedade (Bases da Organização Política..., p. 41). Daí a importância de formar maiorias que, em função dos problemas e das circunstâncias, pudessem acordar numa determinada solução. Sem, no entanto, ignorar ou menosprezar as ocasionais minorias, cuja vontade não ficaria ipso facto desconsiderada.

O progressivo acordo das vontades far-se-ia, na visão de Domingos Monteiro, num plano cada vez mais elevado, ou seja, tendente a deslocar-se dos interesses mais imediatos para o plano das ideias, pelo que a evolução política seria, de certo modo, o processo, por um lado, mas também o índice, por outro, da

evolução da Humanidade. «A Democracia firma-se sobre a crença 'no valor transcendente do homem'; não pode deixar, por isso, de ter como principal fim o desenvolvimento e progresso e a liberdade de consciência do indivíduo. O que há que averiguar, portanto, não é se a Democracia é o regime mais perfeito, ou aquele que melhor pode assegurar a felicidade colectiva, mas se, realmente, é o mais apto para realizar o fim que tem em vista, isto é, o seu postulado inicial. O resto é pura questão metafísica.» (Ibidem, p. 40.)

Bem se compreende, no momento em que se afirmavam, ameaçadoras, as soluções políticas de índole colectivista ou totalitária — que a conferência de 1933 condenaria sem reservas —, a tónica posta na realização do indivíduo, como o elemento constituinte, em última instância, de qualquer entidade social. Orientação doutrinária reafirmada no contexto da Renovação Democrática, designadamente no artigo em que defende o democratismo, em polémica contra o liberalismo de Joaquim de Carvalho (Diário Liberal, Lisboa, 25 de Julho de 1933). Mesmo se assim fragilizava a função do Estado, cuja organização desejava aperfeiçoar, mas também agilizar, já que o acordo para definir os seus fins, limites e métodos a qualquer momento poderia ser posto em causa por um novo acordo de vontades maioritárias...

O remate do parágrafo supracitado descobre o que Domingos Monteiro pensava, naquele momento, quanto à fundamentação filosófica do princípio individualista em que radicava a sua defesa da democracia: «O resto é pura questão metafísica.» Por isso somos levados a perguntar-nos se a tese — enunciada, porém, como crença, qual premissa maior do raciocínio — segundo a qual o homem tem um valor transcendente haverá de articular-se com certo pendor anarquista, então muito comum no meio intelectual jovem e nomeadamente entre os renovadores. Na verdade, a noção de transcendência mal se esteia em qualquer outra passagem da dissertação, do texto sobre A Crise de Idealismo na Arte e na Vida Social ou mesmo da Paisagem Social Portuguesa.

É verdade que não haverá talvez livro algum de Domingos Monteiro onde, a par das razões naturais, objectivas, científi-

cas, deixem de ser invocadas outras razões, de índole indefinida, mas nem por isso menos determinantes da realidade em que vivemos. Assim, por exemplo, a vida em sociedade é, a seu ver, uma «resultante do instinto gregário e das razões misteriosas da espécie» (Bases da Organização Política..., p. 28). Noutra oportunidade, alega: «A realidade que nos atropela quotidianamente, aquela que é feita de factos comesinhos ou importantes da vida — a realidade que se gera por determinação misteriosa do destino —, foi e será sempre a grande inimiga do anseio natural de perfeição e de melhoramento.» (A Crise de Idealismo..., p. 97.)

Quem conhece a obra de ficção deste jurista, antes de mais atento ao homem, constatará a importância decisiva dos factores de ordem sobrenatural no encadeamento das histórias, onde algo remete sempre para um ignoto além, em perfeita sintonia, aliás, com os acentos mais espontâneos da poesia lírica. Mas se, nestes domínios, nos não é lícito exigir ao literato mais cabal caracterização ou definição dessa realidade que está para lá dos sentidos e do âmbito da ciência, ao teórico da organização política do Estado é legítimo pedir que fundamente as teses de que deduz os corolários expostos. Até porque Domingos Monteiro pretende ser a democracia «a fórmula política definitiva» (itálico seu) capaz de «acompanhar, pela elasticidade das suas instituições, a marcha incessante do progresso» (Bases da Organização Política..., p. 27).

Não está em causa o elevado padrão ético de quem almeja a realização do «princípio de que o poder público devia ter sempre como base a aceitação e o consentimento daqueles sobre quem é exercido» (ibidem), convicto como estava de que os governantes teriam começado a compreender que «têm necessidade de fundamentar e legitimar o poder que representam, com uma razão de ordem espiritual ou intelectual que seja aceite pela consciência e pela inteligência dos indivíduos sobre quem esse poder tem de ser exercido» (ibidem, p. 32). A que princípio, porém, obedecerá esse aperfeiçoamento e para que termo caminha? Ao falar do poder, qual a natureza que lhe atribui? A sua origem é conatural a cada homem? Ou tem garantia mais elevada?

Ao propor-se reeditar em 1974 o seu livro de estreia académica e política, Domingos Monteiro não o considerava por certo mero documento histórico. Mas é de supor que muito simplesmente entendesse que o estabelecimento das bases sobre que deveria erguer-se a organização política do regime democrático não exigia prolegómenos de filosofia política, pois assentaria em princípios consensuais. Além disso, escrevera-o como jurista e político, numa conjuntura bem definida, pelo que seria talvez menos curial pedir-lhe contas do que se não propusesse a tratar.

Se bem interpretamos os dizeres de Álvaro Ribeiro, no admirável e penetrante estudo sobre a obra de ficção do amigo que presidira ao Directório da Renovação Democrática, a opção pela carreira literária não teria decorrido apenas dos obstáculos impostos ao livre exercício da actividade política na vigência da Constituição de 1933. Numa passagem algo enigmática, a propósito dos obstáculos que as actividades profissionais opõem a quem quer transformar o mundo, observa que «Domingos Monteiro na sua observação fundamenta o seu desespero da acção política» (Escritores Doutrinados, Lisboa, 1965, p. 225). Ou seja, num mundo em que, sobrecarregados de trabalho, os homens perdem a liberdade para agir com um mínimo de autonomia, a acção política não poderia esperar resultados satisfatórios por falta de eco social, pela impossibilidade de despertar o entusiasmo fora do restrito núcleo dos adeptos.

E logo acrescenta: «O combatente político não desiste nem desarma por ter de se medir com as forças adversas, aceitando que o sacrifício pode levar até ao martírio, até à hora suprema da derrota. Ele desiste porque lhe é dada a impossibilidade e a inutilidade de combater.» (Ibidem.) Assim, o que leva o combatente político a abandonar a luta não é o receio do adversário ou sequer do risco da derrota, mas a inutilidade de um combate em que se vê abandonado, ignorado e desprezado por aqueles mesmos em favor dos quais se sacrificara.

Se meditarmos no pouco que se sabe das peripécias que envolveram a vida interna da Renovação Democrática e tivermos presente que Álvaro Ribeiro as viveu mais intensamente que qualquer outro, é bem possível que esta observação se aplicasse

a ambos. Sem esperança na acção política directa, Álvaro Ribeiro seguiu o longo e penoso itinerário de regresso à filosofia, enquanto Domingos Monteiro procurara a evasão na arte. Sem, no entanto, se perderem de vista, voltariam a colaborar, designadamente nas páginas da revista *Litoral*, onde Domingos Monteiro publicou umas sugestivas «Reflexões sobre a conduta do homem e as suas contradições», que dir-se-ia confirmarem aquela interpretação.

Numa perspectiva psicologista, que lembra o estilo discursivo de José Régio, analisa ele algumas situações hipotéticas, na intenção de mostrar como é difícil avaliar o comportamento humano sem levar em consideração todas as vertentes que o possam envolver. A determinado passo interroga-se: «o homem que, pela conduta anterior, pelas ideias que defendeu e pelos actos que praticou, convenceu os mais de que está seguindo determinada doutrina e — o que é mais grave ainda —, pela sua actuação intelectual, foi conseguindo para ela adeptos, terá o direito de vir repentinamente negá-la, praticando, pelo menos aparentemente, um acto de abandono e de traição, em nome da necessidade interior de ser sincero consigo mesmo?» («Reflexões sobre a conduta do homem e as suas contradições», p. 179.)

Distinguindo, no problema ético, «entre os momentos de luta activa e aqueles que o não são», pondera: «Quando a luta findou e a participação activa do homem já se não torna necessária, isto é, quando o homem regressa a si mesmo, então talvez possa recusar honestamente os benefícios que dela lhe resultaram, e negar até o valor intrínseco do seu sacrifício.

É certo, porém, que o homem público responsável não tem o direito de exercer a sua influência social, antes de se ter definitivamente encontrado, pois que uma mutação em sentido contrário, que implicasse a negação dos seus actos públicos anteriores, seria motivo de legítima e justificada suspeita sobre as causas que a determinaram.» (Ibidem, p. 180.)

É bem possível que, ao falar em termos gerais, ele tivesse em mente alguns casos singulares, eventualmente o seu próprio. Assim, abandonada a luta política directa, por inviável, e sem esperar louros pelos sacrifícios feitos, alguma liberdade lhe restaria para meditar de novo no que tão intensamente o perturba-

va, como era o mal que o espectáculo da vida social lhe revelava, mormente em Portugal. O retrato do natural que traça na Paisagem Social Portuguesa, de um povo triste, que trabalha mais do que pode, se alimenta aquém das suas necessidades e sofre o efeito das doenças que um ambiente malsão lhe provoca, não poderia deixar de o levar a pensar, mais amplamente, acerca da condição humana, como faria no volume sobre O Homem Contemporâneo e nos três grossos tomos de O Livro de Todos os Tempos. História da Civilização.



Dessa atitude reflexiva, própria de quem era mais um homem de pensamento que de acção, resultou que, tendo dado o rosto por um movimento geracional que acusara a burguesia de estar na origem e no cerne da nossa crise, não teve pejo, na idade madura, em corrigir o asserto. Distanciando-se da tendência para opor o campo e a cidade, o operariado e a pequena e média burguesias, acabara por reconhecer na classe média, que já em 1383-1385 desempenhara papel decisivo, um dos principais esteios da sociedade portuguesa. No belo e ainda hoje impressionante quadro da Paisagem Social Portuguesa, ele acusa, isso sim, a alta burguesia, na ausência de nobreza, de ter usurpado as principais alavancas do poder, devendo, por isso, ser responsabilizada pela crispação da sociedade portuguesa.

Essa perspectiva está ainda subjacente à entrevista de apoio à candidatura presidencial de Humberto Delgado, na qual aponta como problema crucial da nossa sociedade a ausência de comunicação entre os indivíduos e entre os estratos sociais. Por isso, a seu ver, urgia antes de mais «reconciliar os portugueses, hoje divididos por uma discórdia que ameaça a sua unidade psico-social». «Ainda não há muitos anos poderia dizer-se sem grande exagero ‘que não havia nada mais igual a um português que outro português’, o que hoje, dado o desconhecimento e os compartimentos estanques que os separam, e que o egoísmo

desenfreado de meia dúzia ergueu entre eles, já não seria infelizmente verdade.» (Diário Popular, Lisboa, 24 de Maio de 1958, p. 7.)

Dir-se-ia que nestas reflexões aflora a íntima contradição entre o individualismo característico da sua geração e a nostalgia de uma solidariedade social entretanto perdida. A verdade é que, ao pronunciar-se sobre a organização política democrática, em 1931, como ao subscrever o manifesto democratista sobre a Organização da Democracia, em 1933, a Domingos Monteiro, como à generalidade dos companheiros de geração, terá escapado que o democratismo individualista que propugnava era, por natureza, avesso a toda a forma de organização estável. A partir da vontade individual, mesmo iluminada pela razão, era impossível reconhecer algo de orgânico na ordem social, o que equivaleria a aceitar um limite decisivo ao individualismo idealista e radical que professava.

Compreende-se, pois, que naquelas declarações não era já o combatente político quem nele falaria mais alto, mas o escritor e o homem de cultura que, fiel embora aos ideais da juventude, apostava sobretudo nas virtualidades de uma educação estética do homem, do homem português. Desde 1933 o proclamara, em plena campanha da Renovação Democrática, quando a generosidade dos trinta anos o levava a afirmar, num tom de acentos leonardinos: «nós não ignoramos que temos na nossa frente um mundo inteiramente a construir: é preciso criar uma nova moral, uma nova economia, uma nova ideologia» (A Crise de Idealismo..., p. 101). Ora esse desiderato, verdadeiramente revolucionário, esperava ele realizá-lo (com os companheiros da sua geração, por certo) nem mais nem menos que por virtude da arte.

Numa época marcada pela hipocrisia conformista, Domingos Monteiro ousava afirmar que «só a Arte e as expressões superiores do pensamento justificam, nobilitam e embelezam a vida» (A Crise de Idealismo..., pp. 98-99). A arte, porém, tal como a entendia, não era «um fenómeno egoísta» (ibidem, p. 99), antes o resultado do «desejo criador» (ibidem, p. 98), do «sonho criador» (ibidem, p. 100) que habita todo o homem e nele desperta uma atitude de inquietação e de rebeldia, que apela para a realização daquele «sentimento» característico ou «ideia con-

dutora» que é o motor oculto em cada época (ibidem, pp. 101 e 106). No mundo social, a causalidade aparente é ilusória, pelo que importa reconhecer o domínio onde age outra causalidade, onde «as causas são subterrâneas, surgem no subconsciente social e só se revelam depois, muito mais tarde» (ibidem, p. 101).

A função social do artista, ao dar expressão a esses movimentos discretos, ou mesmo secretos, que escapam aos homens demasiado presos à superfície da realidade, revela-se por isso essencial ao progresso espiritual da humanidade. Compreende-se assim que seja «a Arte, com o seu elemento constante que é a Poesia, quem encontra as identidades ocultas que unem os homens à natureza, quem aproxima as almas e quem lhes revela o segredo misterioso da sua substância espiritual» (ibidem, p. 99). Isto no pressuposto de que «a poesia não é apenas de quem faz versos, desenha as telas ou modela as esculturas — é uma força subterrânea da natureza que corre em todas as almas» (ibidem).



A pergunta que nos suscitam estas passagens de um homem inteligente e inquieto, atento à realidade que tão de perto retrata na Paisagem Social Portuguesa ou n'O Caminho para Lá, mas também à idealidade que, de modo patente ou oculto, move os homens, a pergunta que desejaríamos ver esclarecida é a de se, para além da arte, algum papel caberá à filosofia e à religião no processo de gradual aperfeiçoamento em que acreditava e pelo qual lutou. Pois que, não obstante a obsessiva presença do outro mundo, a par deste, na obra de Domingos Monteiro, apesar da repetida invocação dos factores misteriosos que interferem na humana existência, o seu pensamento, mormente na fase de mais intenso compromisso político, passa ao lado da noção do sagrado transcendente. E, se afirma o valor transcendente do homem, já vimos como o contexto em que o faz não autoriza a que interpretemos o asserto na sua mais exigente acepção.

Álvaro Ribeiro, com aquela delicadeza tão sua característica, observa que Domingos Monteiro «atribui ao homem uma dimensão espiritual, e também um poder anímico de se opor aos obstáculos criados pelo dogma da impenetrabilidade da matéria. Simplesmente, aceitando má doutrina evolucionista, que supõe a origem do homem no domínio da natureza, tende a explicar, por motivos naturalistas, e às vezes animistas, o que outros pensadores aferem pela realidade do espírito» (Escritores Doutrinados, p. 135). Compreende-se, por isso, que o estudo dedicado à sua obra o incluisse no volume dedicado aos Escritores Doutrinados. Sendo certo que a obra do ficcionista, se bem que não fosse mera decorrência de uma doutrina acerca do homem, ainda assim se mostrava em perfeita sintonia com as ideias expostas nos textos de natureza ensaística, onde é evidente o predomínio de uma concepção de pendor restritamente humanista.

Tal não implicava que a sua evolução mental estivesse travada por qualquer limite inultrapassável; mesmo se não fosse de prever, em atenção ao seu perfil de homem determinado, mas prudente, inquieto, mas cauto, qualquer súbita mudança de orientação. Ainda assim o filósofo sublinhou a sua resposta, então recente, a propósito da expressão do sobrenatural na sua literatura: «Sempre pensei que o homem não era limitado nem no Espaço nem no Tempo. É, de certa forma, um ser absoluto, dentro do que parece relativo. Ele próprio é já um ser sobrenatural e tudo concorre para que o venha a ser ainda mais. O problema está em que o consiga — e eu penso por mim, porque neste particular sou optimista —, sem que perca a sua condição humana.» (Espiral, n.º 1, Lisboa, Primavera de 1964, pp. 58-59.)

Um enunciado destes, no entanto, parece ainda demasiado abstracto ou metafísico para dele podermos concluir com segurança a aceitação, por parte do escritor, do verdadeiro Absoluto, em relação ao qual a arte, como a filosofia e a religião, para não falar de outras manifestações menos elevadas da actividade humana, estariam ordenadas. Nos dois artigos transcritos em apêndice ao seu estudo, porém, Álvaro Ribeiro mostra-se convicto de que a evolução do grande escritor e amigo de longa

data prosseguia no melhor rumo. Diz ele, a propósito: «Surpreendemos o trânsito do idealismo platónico para o realismo aristotélico na gloriosa sucessão das obras escritas por Domingos Monteiro, mas verificamos agora, no livro intitulado Histórias deste Mundo e do Outro, a expressão mais alta, mais pura e mais bela de uma literatura que aceita e assimila a filosofia.» (Ibidem, pp. 236-237.)

Algumas páginas antes, interrogando-se sobre qual a tradição, a doutrina ou a escola onde se filiaria a interpretação do sobrenatural patenteada na obra do contista, do romancista e do novelista, concluía: «Todos os indícios levam a crer que Domingos Monteiro já considera em Cristo o verdadeiro Mestre da relação do natural com o sobrenatural.» (Ibidem, pp. 228-229.) Ora, a «Nota do autor» apensa ao volume Contos do Natal (Lisboa, 1964), o último publicado à data da saída dos Escritores Doutrinados, traz o seguinte parágrafo: «Ao estabelecer a igualdade dos homens perante Deus — que gerou necessariamente a igualdade dos homens entre si — Cristo criou a condição essencial para a possibilidade da justiça humana. E isso já seria o suficiente para justificar a admiração e veneração de todos, mesmo a daqueles que possam não acreditar que Ele representa a ligação permanente entre Deus e os homens.»

O tom cauteloso com que a passagem foi redigida, em termos que tanto podem ter-se por confessionais, como os dos restantes parágrafos, ou meramente enunciativos de uma evidência do senso comum, pode fazer-nos hesitar quanto à importância a conferir-lhe na ponderação do problema que nos ocupa. O certo é que, à época em que foram pensados e redigidos os textos de índole política que aqui nos interessam, a sua atitude era bem diferente. Basta ler a conferência sobre A Crise de Idealismo na Arte e na Vida Social para constatar-mos que o pensamento político de Domingos Monteiro se não reivindicava ao tempo de qualquer outro fundamento se não o de uma antropologia de matriz naturalista e evolucionista, embora de essencial compleição ética.

O facto é que ele não só aceitara um lugar destacado e, portanto, representativo do movimento cujo manifesto político, A Organização da Democracia, era à data por certo um dos

mais adversos aos valores tradicionais na sociedade portuguesa, como se não furtara a fazer pública profissão de fé em alguns deles. Assim, por exemplo, na entrevista concedida em 18 de Maio de 1933 ao Diário Liberal, declarara formalmente aderir à opção anticristã do movimento. Tinha então trinta anos, pelo que não haveria motivo para nos surpreendermos se mais tarde tivesse corrigido uma opinião cuja génese, aliás, ignoramos.

Cerca de vinte anos depois, por exemplo, haveria de considerar o ciclo histórico aberto pela Revolução Francesa uma «vasta experiência de cristianismo prático» (O Livro de Todos os Tempos, vol. 1, 2.^a ed., p. 16). E, não obstante lhe objectar quanto à dificuldade de inferir do cristianismo para o democratismo, o certo é que Álvaro Ribeiro integra a evolução espiritual de Domingos Monteiro na tradição do cristismo português: «Com maior ou menor margem de heterodoxia, proporcionada em cada um à liberdade de pensar, todos os portugueses acabam por interpretar a mesma tradição em termos semelhantes aos de Domingos Monteiro.» (Escritores Doutrinados, p. 229.)

Sendo assim, como é minha convicção, justificar-se-á interpretar o seu democratismo dos anos trinta no âmbito do idealismo então professado, idealismo de carácter essencialmente ético, como a doutrina de quem postulava que a acção humana deve pautar-se pela realização de ideais, ou, como ele dizia, que aos argumentos da força se devem sobrepor, progressivamente, os da ideia. A subtil transição para o realismo filosófico, no entanto, embora o levasse a desinteressar-se da acção política imediata, não afectou a profissão de fé democratista. Se, atento o perfil de Domingos Monteiro, não podemos deixar de admirar a fidelidade que sempre manteve a esse ideal, já não é pacífico, porém, que ele tenha elaborado uma doutrina dotada de garantia bastante para mover outros espíritos e formar escola.

JOAQUIM DOMINGUES

*BASES DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS*

1.ª edição: Imprensa Artística, L.^{da}, Lisboa, 1931.

2.ª edição: a actual.

A meu cunhado
JOÃO PINA DE MORAIS

e a todos os que, pelo seu amor
à Democracia e pelo seu
devotamento às Liberdades
públicas, têm sofrido
a saudade do exílio e a tortura
das prisões.

ÍNDICE

O idealismo democratista de Domingos Monteiro, <i>por</i> JOAQUIM DOMINGUES.....	9
---	---

BASES DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

Introdução	27
------------------	----

I PARTE

As concepções tradicionais da Democracia. A sua crítica	37
Verdadeiras bases da Democracia moderna e as suas institui- ções fundamentais.....	39
Razões de ordem funcional apontadas em desfavor dos regi- mes democráticos	46
As verdadeiras causas do mau funcionamento da Democracia	49

II PARTE

A ORGANIZAÇÃO DA VONTADE POPULAR

O problema eleitoral.....	55
A função dos partidos políticos	67

III PARTE

A CRIAÇÃO DA VONTADE LEGISLATIVA

A transformação da vontade popular em vontade legislativa	73
O defeito capital das instituições parlamentares	74
A Câmara única e a intervenção dos técnicos e dos juristas no trabalho legislativo	80

LIVROS PROIBIDOS

<i>Exame de consciência</i>	89
A crise de idealismo na arte e na vida social	95
Paisagem social portuguesa	115
<i>Nota final</i>	171
Reflexões sobre a conduta do homem e as suas contradições	173
Teixeira de Queirós	183

BIBLIOTECA DE AUTORES PORTUGUESES

OBRAS DE DOMINGOS MONTEIRO

Volumes publicados:

POESIA

ORAÇÕES DO CREPÚSCULO

NAU ERRANTE

EVASÃO

SONETOS

Prefácio de António Cândido Franco

CONTOS E NOVELAS

Vol. I

ENFERMARIA, PRISÃO E CASA MORTUÁRIA

O MAL E O BEM

CONTOS DO DIA E DA NOITE

Prefácio de João Bigotte Chorão

Vol. II

HISTÓRIAS CASTELHANAS

HISTÓRIAS DESTE MUNDO E DO OUTRO

O DIA MARCADO

Vol. III

CONTOS DO NATAL

O PRIMEIRO CRIME DE SIMÃO BOLANDAS

HISTÓRIAS DAS HORAS VAGAS

Vol. IV

HISTÓRIAS DO MÊS DE OUTUBRO

A VINHA DA MALDIÇÃO

O VENTO E OS CAMINHOS

Vol. V

O DESTINO E A AVENTURA

LETÍCIA E O LOBO JÚPITER

O SOBREIRO DOS ENFORCADOS

ENSAIOS

BASES DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

LIVROS PROIBIDOS

E OUTROS ENSAIOS

Prefácio de Joaquim Domingues

